



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Telesíntese

Redes do Brasil precisam receber US\$ 20,7 bi ao ano para se equiparar às europeias até 2020



Segundo Asiet, que representa América Móvil e Telefônica na América Latina, a diferença na conectividade das redes da região vai diminuir em relação aos mercados maduros apenas se houver aporte de capital em redes fixas e móveis da ordem de US\$ 355,8 bilhões ao longo dos próximos quatro anos.

A Associação de Telecomunicações da América Latina (Asiet) também participou da consulta pública realizada pelo Ministério das Comunicações, encerrada na última sexta-feira. A entidade, que representa os grupos América Móvil e Telefônica na região, dedicou seu voto a pedir esforços para que o governo incentive a redução da desigualdade entre as redes latino-americanas e as encontradas nas economias desenvolvidas, especialmente na Europa.

Segundo a Asiet, é possível para a América Latina diminuir a diferença com muito investimento. Toda a região terá conectividade semelhante à europeia se houver aporte de capital em redes fixas e móveis da ordem de US\$ 355,825 bilhões ao longo dos próximos quatro anos. No Brasil, a entidade diz ser preciso "um capital médio de US\$ 20,748 bilhões anualmente". Em termos de PIB, significa que em média, se destine 0,64% anualmente às telecomunicações, mais do que os 0,58% investidos ao ano no último quinqu-

ênio.

O grupo afirma que o STFC vem perdendo mercado desde 2009, à média de 3% ao ano no Brasil. No caso dos orelhões, afirma que seu uso cai 30% ao ano, em média. Ao mesmo tempo, as tarifas de STFC caíram cerca de 23% desde aquele ano em função, diz, do "empacotamento do serviço com outros (principalmente banda larga e TV)".

Com base nesses dados, a entidade pede que o novo marco regulatório se concentre na banda larga, tanto fixa, quanto móvel, e na atuação dos serviços over-the-top (OTTs), como aplicativos de voz sobre IP, streaming de vídeo e redes sociais. A Asiet sugere, também, que a nova regulação preveja as diferenças regionais.

"O papel do governo vai depender da zona em que nos encontremos, já que enquanto em zonas de grande demanda entendemos que a regulação deve ser mínima, posto o mercado a regular-se por si próprio. Em zonas onde a demanda é menor ou simplesmente não existe, a intervenção governamental deverá eliminar barreiras burocráticas de entrada e dar incentivos para que empresas de telecomunicações possam investir", defende.



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Telesíntese

Para a Oi, serviço convergente só pode existir se acabar a concessão

A Oi afirma que a implementação de licença única não pode favorecer apenas os grupos que não têm concessões.

O documento da Oi à consulta pública do Ministério das Comunicações sobre o novo modelo de concessão traz considerações sobre a dificuldade de sustentabilidade das concessionárias de telefonia fixa à luz da pouca importância do serviço, e do excesso de ônus imputado. Como diferenciação às demais concessionárias, a Oi considera, no entanto não ser possível a adoção de um serviço convergente, ou de uma licença única, em um regime onde as concessionárias permaneçam existindo. Argumenta:

“ Caso se considere que a regulamentação superveniente que instituir o serviço convergente terá o condão de alterar o escopo do contrato de concessão, os grupos econômicos detentores dessa outorga estarão impossibilitados de seguir explorando os demais serviços de telecomunicação que atualmente exploram sob o regime de autorização em suas áreas de concessão, em vista de uma sobreposição de outorgas vedada pela legislação. Isso implicaria uma ampliação significativa dos ônus impostos a estes agentes econômicos, distorcendo ainda mais o ambiente competitivo.

De outro lado, caso se considerasse que a alteração superveniente do desenho dos serviços de telecomunicação não teria o condão de modificar o objeto dos contratos de concessão do STFC, tais contratos estariam integralmente esvaziados – o que inviabilizaria a continuidade das concessões. Ou seja, a instituição de serviço convergente de

telecomunicações dependeria, necessariamente, da conversão dos atuais contratos de concessão do STFC em termos de autorização. Com isso, todos os agentes econômicos prestadores de serviços convergentes estariam em pé de igualdade para competir em um mercado mais dinâmico”.

A empresa, mesmo considerando que o STFC (ou a telefonia fixa) não é mais um serviço essencial, e por isso, não precisaria mais ser submetido à política pública de universalização, apresentou algumas alternativas à manutenção desse serviço ainda como um serviço público caso o governo insistisse nessa política. Entre as hipóteses levantadas, sugere que o acesso universal deixe de ser objeto de concessão global para passar a ser por localidade, subsidiado com recursos do FUST (Fundo de Universalização), e não mais com recursos da operadora.

Oi versus Telefônica

Embora Oi e Telefônica, as duas concessionárias locais, concordem com a inviabilidade da concessão e critiquem as metas de universalização, de qualidade e a reversibilidade dos bens regulamentados até agora pela Anatel, as duas operadoras discordam de como o processo deve ser conduzido. Para a Telefônica, a concessão da telefonia fixa deve seguir seu curso, e só acabar em 2025, depois que as regras forem flexibilizadas. Para a Oi, o fundamental é antecipar o fim da concessão.



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Telesíntese

Proteste pede fim do regime privado em Telecom

Organização também pede que seja eliminado o impedimento a subsídios cruzados, uma vez que a maior parte da receita do STFC já é revertida a investimentos em infraestrutura de outros serviços.

A Proteste – Associação de Consumidores enviou, no último dia 15, contribuições à Consulta Pública do Ministério da Justiça sobre as alterações no marco legal das telecomunicações. A manifestação foi feita contemplando dois cenários: a manutenção da Lei Geral das Telecomunicações e alteração da lei, e seus impactos para os contratos de concessão da telefonia fixa e universalização da banda larga.

Para o primeiro cenário, a Proteste defende a inclusão da banda larga no regime público, medida que viabilizaria a universalização da internet no Brasil, com a possibilidade de imposição de metas de universalização e continuidade por meio da liberação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que arrecada anualmente R\$ 2,5 bilhões. A Associação ressalta que a banda larga é essencial, especialmente as redes de acesso e transporte para o serviço de comunicação de dados e que, de acordo com o artigo 65 da Lei Geral das Telecomunicações, deveria ser prestada no regime público.

No segundo cenário, de alteração da Lei Geral das Telecomunicações, a associação pede o fim do regime privado. A entidade defende que os serviços de telecomunicações são atribuição exclusiva da União e a existência do regime privado “limita o poder regulatório para a definição de metas de universalização e definição de tarifas vem há anos beneficiando as operadoras, comprometendo a atuação dos governos em relação às políticas do setor, especialmente as voltadas para o acesso à internet e inclusão digital”.

A Associação defende que, para a universalização do acesso à internet, ainda são necessários contratos de concessão, considerando a essencialidade das infraestruturas que dão suporte aos serviços de conexão à internet, especialmente nas localidades do país onde não há oferta de infraestrutura, competição e interesse econômico das operadoras.

A Proteste também pede que seja eliminado o impedimento de subsídios cruzados. A Lei Geral de

Telecomunicações proíbe este subsídio entre modalidades de serviços, mas eles ocorrem na prática. Receitas obtidas com a exploração da telefonia fixa – 80%, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em especial a assinatura básica -, foram investidas em infraestruturas de suporte para outros serviços prestados em regime privado.

Os subsídios cruzados, por serem proibidos, não são regulados pela Anatel e trazem grandes prejuízos aos consumidores, que não são beneficiados com os ganhos decorrentes da exploração do único serviço prestado em regime público, nem com a redução de preços dos outros serviços. Por isso, a entidade pede o estabelecimento de regras para regulação das tarifas”, afirma.

Em relação aos bens reversíveis, a PROTESTE defende que a Anatel e as operadoras cumpram o que foi estabelecido nos contratos existentes. Os novos contratos de concessão poderão ou não estabelecer a reversibilidade dos bens, como disposto no art. 93, inc. XI, da Lei Geral de Telecomunicações, caso os bens não sejam adquiridos ou implantados com recursos públicos, devendo sempre parte da capacidade das novas redes estarem direcionadas, prioritariamente, para as políticas de inclusão digital, com obrigações de compartilhamento.

A Associação pede que o modelo de custos para a regulação de preços e tarifas, no atacado e no varejo, sejam fixadas desde já com base no modelo de custos e não apenas em 2019, conforme definido pela Anatel. Este modelo deveria estar em vigor desde janeiro de 2006, de acordo com o Decreto nº 4.733/2003, que definiu novas orientações de política de telecomunicações. Por fim, quer que qualquer alteração no marco regulatório das telecomunicações, ou na celebração de novos contratos voltados para a universalização da infraestrutura para a comunicação de dados, estejam em conformidade com o Marco Civil da Internet.



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Carta Maior

De capacho da ditadura a racista da Globo

Ao contrário do que rosna Alexandre Garcia, estudos comprovam que os alunos cotistas têm desempenho acadêmico superior ao dos não-cotistas.

O jornalista global Alexandre Garcia parece que anda bastante incomodado com as cotas nas universidades e com a ascensão social de setores antes totalmente excluídos da sociedade. Será que o veterano, famoso por seu elitismo, teme a concorrência? Nesta semana, no noticiário local da TV Globo do Distrito Federal, ele voltou a esbanjar preconceito, racismo... e ignorância! “ Temos que pensar na qualidade do ensino. Aqui no Brasil ele é todo assim por pistolão, emurrãozinho e ajuda. A tradução disso é a cota. Aí põe um monte de gente [na faculdade]... Só 67%, você viu, passaram por mérito”, esbravejou, ao comentar o resultado dos exames para ingresso na Universidade de Brasília (UnB).

O comentário asqueroso gerou imediata reação nas redes sociais de estudantes, professores e movimentos que lutam contra o racismo. Alguns internautas lembraram que, ao contrário do que rosna o âncora global, estudos do Ministério da Educação comprovam que os alunos cotistas têm desempenho acadêmico superior ao dos não-cotistas. Professores da rede estadual manifestaram a sua satisfação com o ingresso de jovens das escolas públicas na UnB. Para o presidente da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Edson França, as declarações de Alexandre Garcia revelam o racismo presente na mídia brasileira. “ A Rede Globo foi protagonista na resistência às cotas. A emissora usou de todos os meios para combater esse sistema. Ela não vai mudar o seu pensamento, que, aliás, é um pensamento que vem sendo derrotado e não é de hoje” .

Esta não é primeira vez que o jornalista global explicita sua visão racista, elitista e manipuladora. Em outubro do ano passado, no telejornal “ Bom Dia Brasil”, o sujeito tacanho chegou a afirmar que “ o país não era racista até criarem as cotas” . O rico apre-

sentador estava irritado com a criação do cadastro do “ Simples Doméstico”, o programa do governo Dilma que garante direitos trabalhistas para os empregados domésticos. Em outras ocasiões, o subserviente Alexandre Garcia já havia demonstrado total concordância com o poderoso carrasco da emissora, Ali Kamel, o diretor de jornalismo da Rede Globo que obrou o clássico “ Não somos racistas” .

Com suas pérolas racistas, Alexandre Garcia até vai conseguindo ofuscar o seu vexaminoso passado, quando foi porta-voz do general João Batista Figueiredo, último carrasco do regime militar – sendo exonerado por ter posado seminu numa foto para uma revista masculina. De capacho da ditadura, com suas torturas e assassinatos, para apologista do ódio e do preconceito racista. Baita biografia!

Em tempo: reproduzo abaixo uma mensagem de João Marcelo, estudante da UnB, em contraposição às besteiras obradas pelo jornalista global:

A abominação ética em Alexandre Garcia

Os comentários de Alexandre Garcia nos telejornais da TV Globo são sempre um festival de impropérios, invariavelmente de cunho elitista. Porém, sua declaração recente em que acusa os alunos ingressos à UnB pelo sistema de cotas de “ não possuírem méritos para ingressar na Universidade” revela em sua personalidade um pendor de senhor de escravo, um calejamento próprio de uma classe dominante infecunda e profundamente perversa.

Os comentários de Alexandre Garcia nos telejornais da TV Globo são sempre um festival de impropérios, invariavelmente de cunho elitista.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/De-capacho-da-ditadura-a-racista-da-Globo/12/35335>

15/01/2016 - Rede Brasil Atual

Itaú lidera ranking de reclamações de clientes contra bancos ao BC

No total, foram 612 reclamações consideradas procedentes contra o banco, seguido na lista por Bradesco e Caixa



Itaú liderou o ranking de reclamações de clientes contra instituições financeiras em novembro, com índice de 10,22

O Itaú liderou o ranking de reclamações de clientes contra instituições financeiras em novembro, com índice de 10,22, de acordo com dados divulgados hoje (15) pelo Banco Central (BC). Em seguida vem o Bradesco, com índice de 8,39, e em terceiro a Caixa, com 7,89.

Os cinco mais reclamados somam 2.146 reclamações consideradas procedentes, ou seja, o BC verificou indício de descumprimento de lei ou regulamentação: Itaú, 612 reclamações; Bradesco, 647; Caixa Federal, 616; HSBC, 78; e Santander, 193 reclamações. (Esta nota corrige informação anteriormente publicada, que informava como total as 612 reclamações que dizem respeito apenas ao Itaú.)

O índice corresponde a uma leitura proporcional ao número de correntistas. Na relação estão as instituições financeiras com mais de 2 milhões de clientes. Para fazer o ranking, as reclamações são divididas pelo número de clientes da instituição financeira que originou a demanda e multiplicadas por 1 milhão. Assim, é gerado o índice, que representa o número de

reclamações de cada instituição para cada grupo de 1 milhão de clientes.

Em dezembro, as irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, ao sigilo ou legitimidade das operações e serviços relacionados a cartões de crédito (294) foram o principal motivo de reclamação. Em segundo lugar ficou a cobrança irregular de tarifa por serviços não contratados (280) e em terceiro, o débito em conta de depósito não autorizado pelo cliente (255).

Em nota, o Itaú respondeu que em 2015 foi incorporado o atendimento de novos negócios e isso gerou um aumento natural no número consolidado de reclamações. "De qualquer forma, todas as manifestações de nossos clientes são objeto de nossa melhor atenção e representam oportunidades. Continuaremos trabalhando para aprimorar os serviços e para aumentar a satisfação dos clientes", disse o banco.

Procurados, o Bradesco e a Caixa ainda não se pronunciaram sobre o ranking.



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Altamiro Borges

Juros altos: "remédio amargo" do rentismo



Calcula-se que o estoque da dívida pública brasileira hoje corresponda a cerca de R\$ 3,8 trilhões (dívida interna), somados aos US\$ 546 bilhões da dívida externa, o que – ao câmbio atual de R\$ 4,04 – significa outros R\$ 2,2 trilhões. Isto é, os detentores de títulos da dívida pública controlam a quantia de cerca de R\$ 6 trilhões. Superior ao PIB de 2014, que foi de R\$ 5,5 trilhões.

É importante prestar a atenção nestes números himalaicos quando se analisa a evolução da taxa de juros no Brasil. O valor da taxa Selic atual, de 14,25%, é o mesmo de agosto de 2006. Está longe do que foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando sempre esteve nas alturas, e encerrou seu longo período presidencial à taxa de 25%, em dezembro de 2002.

No tempo em que o governo Dilma Rousseff enfrentou a especulação rentista e financeira, chegou aos níveis mais baixos da história, batendo em 7,25% em março de 2013 – mas voltou a subir desde então e agora ameaça retomar o rumo das alturas já vistas no passado.

No esforço pelo "reajuste" conservador, haverá coragem oficial em afrontar o clamor nacional e retomar aquele caminho escandalosamente altista?

Considerado o estoque da dívida do governo, cada 0,5 ponto percentual de variação na taxa de juros pode significar R\$ 30 bilhões. Hoje, quando é fundamental se conseguir o equilíbrio das contas do governo, 0,5 ponto percentual a mais para o pagamento de juros extrapola qualquer consideração razoável. Somente essa canetada de meio por cento representa um valor comparável ao orçamento anual do Bolsa

Família!

As informações consolidadas sobre o Orçamento de 2014 revelam a extensão da espoliação das contas públicas pelo diminuto número de rentistas que se locupletam com os altos juros pagos pelo governo federal. Naquele ano, mais de 45% do orçamento foram empregados improdutivamente para pagar juros e amortizações da dívida. É muito mais do que tudo o que foi gasto com os benefícios e aposentadorias da Previdência Social (22%), Saúde (3,98%), Educação (3,7%), Defesa nacional (meros 1,58%), ou Transporte (0,56%). Para não se falar em outros gastos orçamentários que incidem diretamente na qualidade de vida dos brasileiros e são efetuados pelo governo federal.

A próxima reunião do Copom, que é o xerife da taxa Selic, está marcada para os dias 19 e 20 de janeiro, e vai sinalizar o rumo oficial – a retomada do crescimento, emprego e renda para os brasileiros, ou a satisfação da ganância rentista e especulativa. Um grande número de especialistas e economistas (até mesmo alguns tucanos...) rejeita a continuidade do aumento na taxa de juros.

"Há uma recessão violenta, uma velocidade alta de deterioração do mercado de trabalho. Todo mundo sabe que o problema não é excesso de demanda. Aumentar juros significará mais desemprego e menos salário", diz o professor de Economia da Unicamp Pedro Rossi. Hoje, assegura ele, os juros já abocanham cerca de 10% da renda das famílias, e o equivalente a 20% da arrecadação do governo. "São valores que vão da população para o pagamento de juros aos bancos e investidores que possuem títulos da dívida. Então é um mecanismo de transferência de renda", conclui. Poderia ter dito: mecanismo de espoliação do país e de todos os que trabalham e produzem as riquezas disponíveis, do setor produtivo, pelo grande capital rentista e especulador.

Os banqueiros e seus porta-vozes, que têm enorme influência sobre as decisões do Copom, propagandeiam que a única alternativa é o que chamam de "remédios amargos". É uma afirmação falsa: a economia não é uma ciência exata, mas política, e fica com a maior parte da riqueza social aqueles setores que conseguem, pela força e pelo convencimento, impor aos demais a sua vontade dizendo que corresponde aos interesses gerais. Não correspondem: os tais "remédios amargos" são o néctar dos deuses para especuladores e rentistas. Só são amargos para o país, o povo, os trabalhadores e os empresários da produção.